Indicação Nº

Egrégio Plenário

Apresento aos nobres pares a presente Indicação com anteprojeto de lei,que dispõe sobre a gratuidade na utilização da "Zona Azul" para pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 60 anos no município de Mogi das Cruzes. SEE

Para usufruir do benefício, o interessado deverá solicitar um cartão de

estacionamento especial para pessoas com deficiência ou idosos junto ao órgão competentes responsável pela gestão da zona azul no município de Mogi das Cruzes.

O cartão de estacionamento especial para pessoas com deficiência ou idosos será emitido de forma gratuita mediante apresentação dos documentos necessários que comprovem a necessidade e idade do solicitante.

O cartão de estacionamento especial para pessoas com deficiência ou idoso deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos, sem custos adicionais para o beneficiário.

O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação municipal vigente.

O presente projeto de Lei visa promover a inclusão e garantir a qualidade de vida das pessoas com deficiência e idosos no município de Mogi das Cruzes. A gratuidade na utilização das vagas é uma medida que visa facilitar a mobilidade desses cidadãos, proporcionando-lhes maior autonomia e acesso aos serviços essenciais.

As pessoas com deficiência e idosos enfrentam desafios específicos relacionados à mobilidade, sendo muitas vezes prejudicados pela dificuldade em encontrar vagas de estacionamento próximas aos locais de interesse, como centros de saúde, instituições bancárias e estabelecimentos comerciais. A disponibilidade de vagas gratuitas na zona azul



ESTADO DE SÃO PAULO

contribuirá significativamente para minimizar essas dificuldades, permitindo que as pessoas com deficiência e os idosos realizem suas atividades cotidianas com mais conforto e segurança.

Além disso, a medida proposta está alinhada com os princípios da justiça social e da equidade, garantindo que as pessoas com deficiência e os idosos tenham acesso igualitário aos espaços públicos e aos serviços urbanos disponibilizados pelo município. Considerando o envelhecimento da população brasileira e a necessidade de promover políticas que atendam às demandas específicas desse segmento, a gratuidade na zona azul para as pessoas com deficiência e idosos representa um importante avanço na promoção da inclusão e na garantia dos direitos dessa parcela da população.

Assim, indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a obedecidas às formalidades regimentais e ouvido o Douto Plenário, se digne Vossa Excelência, determinar ao setor competente da municipalidade para que promova os estudos necessários, com o objetivo de realizar a remessa a esta Casa legislativa de Projeto de Lei, nos termos do Anteprojeto de Lei em anexo, a fim de que seja instituído a gratuidade na utilização da Zona Azul para pessoas com deficiência e idoso com idade igual ou superior a 60 anos.

Plenário Ver. Luiz Beraldo de Miranda, 01 de março de 2024

Vereadora – SD

ESTADO DE SÃO PAULO

			10001
Anteprojeto	de Lei	Ordinária nº	/2024

Dispõe sobre a isenção do pagamento do estacionamento "Zona Azul" para pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 60 anos em vias, áreas e logradouros públicos no Município de Mogi das Cruzes, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mogi das Cruzes decreta:

- **Art.** 1º Ficam isentos do pagamento do estacionamento rotativo em vias, áreas e logradouros públicos no Município de Mogi das Cruzes, as pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 60 anos.
- **Art. 2º** Os beneficiários, para usufruir da referida isenção, deverão respeitar as seguintes disposições:
- I A permanência no estacionamento nestas condições deverá ser de, no máximo 02 (duas) horas;
- II Para usufruir deste direito é necessário obter credencial para estacionar nas vagas especiais de estacionamento, documento impessoal e intransferível, que deverá ser afixado no veículo ao estacionar;
- III Caso a permanência no estacionamento ultrapassar as 02 (duas horas), nas horas excedentes, o valor da tarifa será majorado em 50% (cinquenta por cento) do valor integral.
- **Art. 3º** As disposições previstas nesta Lei serão regulamentadas, no que couber, pelo Poder Executivo Municipal.
- **Art. 4º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento.
- **Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Ver. Luiz Beraldo de Miranda, 01 de março de 2024

Maria Luiza Fernandes Vereadora – SD Mauro de Assis Margarido
Vereador - PSDB